

Fernando de Sousa | Ricardo Rocha  
Isilda Monteiro | Paulo Amorim

# Félix Pereira de Magalhães

(1794-1878)



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

# Índice

<b>Nota de abertura</b> .....	9
<b>Introdução</b> .....	13
<b>1. De Trás-os-Montes a Coimbra – origens, formação e a adesão ao Liberalismo (1794-1822)</b> .....	27
<b>2. O Porto na transição do Antigo Regime para o Liberalismo (1820-1834)</b> .....	31
2.1. População .....	34
2.2. Urbanismo .....	36
2.3. Sociedade e Cultura .....	44
2.4. Economia .....	53
<b>3. A iniciação política de Félix Pereira de Magalhães na Sociedade Patriótica Portuense (1820-1823)</b> .....	77
<b>4. Da restauração do Absolutismo à Revolução do Porto e o exílio de Félix Pereira de Magalhães (1823-1832)</b> .....	89
4.1. Como se fez a Revolução do Porto em 1828.....	95
4.2. Rebelião, Revolta ou Revolução? .....	107
4.3. Os objetivos da Revolução do Porto em 1828 .....	109
4.4. A centralidade do Porto na Revolução de 1828 e a participação da sua população .....	111
4.5. Fatores explicativos do fracasso da Revolução do Porto em 1828 .....	115
4.6. Félix Pereira de Magalhães – da participação dos acontecimentos do Porto em 1828 ao exílio.....	118
<b>5. A Guerra Civil e o regresso de Félix Pereira de Magalhães ao Porto (1832-1833)</b> .....	121
5.1. Secretário da Junta da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro (1832-1833).....	124
5.2. No desempenho de uma comissão oficial nos Açores (1833).....	127
<b>6. A instalação de Félix Pereira de Magalhães em Lisboa e o seu ingresso na função pública (1833-1838)</b> .....	135

<b>7. Félix Pereira de Magalhães, senador (1838-1842)</b> .....	139
7.1. O senador .....	143
7.1.1. Pela simplificação do processo judicial e redução dos custos da justiça (1839) .....	145
7.1.2. Em defesa de um empréstimo a contrair pela Câmara Municipal do Porto e dos alunos da Universidade de Coimbra (1839) .....	145
7.1.3. Sobre a criação do Tribunal de Contas (1839-1840) .....	146
7.1.4. Sobre a renovação do Senado, publicidade das suas sessões e procedimento relativo aos projetos de lei remetidos da Câmara dos Deputados (1839) .....	148
7.1.5. Sobre o Teatro Nacional e a concessão de uma pensão a António Feliciano de Castilho (1839) .....	149
7.1.6. Sobre a reforma do Terreiro Público (1839) .....	150
7.1.7. Em defesa do pagamento da dívida dos Açores durante a guerra de 1832-1834 pela Junta do Crédito Público (1839) .....	151
7.1.8. Contra os empréstimos pedidos pelo Governo (1839-1840) .....	152
7.1.9. Em defesa dos funcionários públicos e da Companhia dos Vinhos do Porto (1839) ...	153
7.1.10. A propósito dos emolumentos dos contadores dos juizes de primeira instância de Lisboa (1840) .....	154
7.1.11. Quem deve ser considerado senador (1840-1841) .....	154
7.1.12. Apresentação de um projeto de lei sobre a organização do Tribunal de Justiça dos Senadores (1840) .....	156
7.1.13. Apresentação de um projeto de lei orgânica dos juizes de direito de primeira instância e sobre a transferência dos juizes e a reforma judiciária (1840) .....	158
7.1.14. A propósito do contencioso administrativo (1840) .....	160
7.1.15. Sobre as providências que o Ministério da Fazenda devia tomar para a arrecadação dos dinheiros públicos e outras obrigações que lhe competiam, e a propósito do seu projeto de lei sobre a organização da Fazenda (1840) .....	161
7.1.16. Sobre a liberdade de imprensa (1840) .....	162
7.1.17. Interpelando o ministro da Fazenda (1841) .....	163
7.1.18. Em torno das contribuições municipais e da sujeição dos municípios ao Governo (1841) .....	164
7.1.19. Sobre a dedução da décima às classes ativas dos servidores do Estado (1841) .....	165
7.1.20. Sobre a venda e doações do Governo a câmaras municipais e outras instituições; publicidade das sessões do Senado; pagamento das dívidas dos conventos; convenção de Évora Monte; sisas; Junta Administrativa da Universidade de Coimbra; atribuições do Governo quanto a contratos; organização dos conselhos municipais; e tesoureiros das câmaras municipais (1841) .....	165
7.1.21. Balanço da atividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto senador .....	171
7.2. Outros cargos exercidos por Félix Pereira de Magalhães no período em que foi senador .....	174
7.3. Félix Pereira de Magalhães em defesa dos interesses da Companhia do Alto Douro (1841) .....	175
<b>8. Félix Pereira de Magalhães, deputado (1842-1845)</b> .....	179
8.1. O deputado .....	184
8.1.1. Sobre a cobrança de impostos e as operações de crédito do Governo para cobrir as despesas (1842) .....	186

8.1.2. Em defesa dos vinhos do Douro e do alargamento das funções públicas cometidas à Companhia do Alto Douro (1842-1843) .....	187
8.1.3. Na reorganização da Junta de Crédito Público (1843) .....	195
8.1.4. Acerca do recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (1843) .....	196
8.1.5. Em defesa do Conselho de Estado, refutando Passos Manuel (1843) .....	197
8.1.6. Sobre a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado (1843).....	198
8.1.7. A propósito da reorganização da administração dos estabelecimentos pios (1843).....	199
8.1.8. Em defesa dos interesses do Município de Arouca e da região de Trás-os-Montes (1844-1845) .....	200
8.1.9. Nas discussões do orçamento da Guerra e da conversão dos títulos de dívida (1845).....	202
8.1.10. Balanço da atividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto deputado .....	202
8.2. Outros cargos exercidos por Félix Pereira de Magalhães no período em que foi deputado.....	205
8.2.1. Membro da Comissão Administrativa da Misericórdia de Lisboa e Hospital de São José (1841-1846) .....	206
8.2.2. Diretor da Caixa Económica de Lisboa (1845-1846) .....	209
8.2.3. Membro da Companhia dos Canais da Azambuja (1844-1859?).....	210
<b>9. Félix Pereira de Magalhães, conselheiro de Estado e par do Reino (1845-1849) .....</b>	<b>215</b>
9.1. O conselheiro de Estado .....	216
9.2. O par do Reino .....	217
9.2.1. Sobre o saneamento da cidade de Lisboa (1846).....	222
9.2.2. Sobre a organização da Câmara dos Pares em Tribunal de Justiça (1846) .....	223
9.2.3. Dos magistrados e juizes (1848) .....	225
9.2.4. Na apresentação de um projeto de lei sobre a responsabilidade dos ministros de Estado pelos atos praticados e responsabilizando um anterior ministro da Fazenda a propósito da Companhia dos Canais da Azambuja (1848) .....	226
9.2.5. Em defesa do Banco de Portugal (1848) .....	228
9.2.6. Em defesa das aguardentes do Douro e dos vinhos da Estremadura (1848) .....	233
9.2.7. Em defesa da Junta do Crédito Público (1848) .....	235
9.2.8. A questão da acumulação de funções, desencadeada pelo conde de Farrobo a propósito de José da Silva Carvalho, par do Reino e presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1849) .....	236
9.2.9. Na discussão de uma proposta de lei estabelecendo a aposentação da magistratura judiciária (1849).....	240
9.2.10. De novo a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1849)....	246
9.2.11. Balanço da atividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto par do Reino .....	247
9.3. Outros cargos exercidos por Félix Pereira de Magalhães no período em que foi par do Reino .....	248
9.3.1. Fundador da Companhia Providência e diretor e presidente do Banco de Portugal (1846-1849) .....	248
9.3.2. Sócio da Liga Promotora dos Interesses Materiais do País (1846-1849).....	249

<b>10. Félix Pereira de Magalhães, ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça no Governo de Costa Cabral (1849-1851)</b> .....	251
10.1. Na discussão do Orçamento do seu Ministério (1849).....	257
10.2. A propósito do contrato do empréstimo do Governo com o Banco de Portugal (1849) .....	257
10.3. Promulgação e regulamentação da lei das aposentações dos magistrados judiciais e promulgação da lei dos agravos de petição (1849) .....	259
10.4. Promulgação do decreto de regulamentação da Secretaria de Estado da Justiça (1849).....	259
10.5. Promulgação da lei de regulamentação dos rendimentos das colegiadas (1849) .....	260
10.6. Regulamentação dos tribunais de comércio de primeira instância e definição de atos de comércio (1850) .....	261
10.7. Lei de liberdade de imprensa e apresentação de proposta para a sua alteração (1850-1851).....	261
10.8. Proposta de lei sobre uma nova divisão eclesiástica do Reino (1850) .....	271
10.9. Decreto a propósito da redação do novo Código Civil (1850).....	272
10.10. Balanço da atividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto ministro dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça .....	272
<b>11. Félix Pereira de Magalhães, chefe da oposição ao Governo do Duque de Saldanha na Câmara dos Pares do Reino (1852-1853)</b> .....	275
11.1. Em defesa do Governo a que pertencera (1852-1853) .....	277
11.2. Criticando o Governo do Duque de Saldanha (1853).....	282
11.3. Em defesa do Banco de Portugal (1853).....	287
11.4. No debate do contrato do Governo com a Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal (1853) .....	290
11.5. Balanço da atividade de Félix Pereira de Magalhães enquanto chefe da oposição parlamentar na Câmara dos Pares .....	291
<b>12. Da retirada de Félix Pereira de Magalhães da vida política à sua morte (1853-1878)</b> .....	293
<b>Conclusão</b> .....	305
<b>Cronologia</b> .....	313
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	333
<b>Índice Analítico</b> .....	345
<b>Abstract</b> .....	357

## Nota de abertura

*Nas Digressões Autobiográficas que publiquei em 1997, já me referi à figura de Félix Pereira de Magalhães, meu trisavô, despertando a atenção sobre esta personagem do Portugal oitocentista. Nas referidas «memórias», evoco as histórias que um outro meu familiar, o meu tio-avô Félix, me contava acerca do seu avô e padrinho Félix Pereira de Magalhães, histórias que evidenciavam o seu relevo social, político e de bravura. Casou tinha 20 anos, em 20 de maio de 1814, e enviuvou em 19 de outubro de 1836, sem filhos. Cupido lembrou-se dele e, por isso, veio a ter três filhas, cada uma de sua mãe. Nas palavras do meu tio-avô, era tal o prestígio de que Félix Pereira de Magalhães gozava que D. Maria II foi madrinha da filha dele, Maria da Glória, que, atingida a idade própria, veio a casar com Francisco Inácio de Aguiar Pimenta Carneiro, senhor da Casa da Breia (ver fotos da página 39 das minhas Digressões Autobiográficas). Na mesma foto, vêem-se os filhos, sendo um deles o meu tio-avô Félix Maria de Magalhães Aguiar e outro a minha avó materna, Maria Cecília de Magalhães Aguiar, mãe de minha mãe, Isabel Maria de Aguiar Branco (foto da página 45 de Digressões Autobiográficas). As outras duas filhas de Félix Pereira de Magalhães realizaram casamentos de posição social semelhante.*

*Embora na citada autobiografia eu adiantasse algumas notas biográficas sobre o meu trisavô, nomeadamente quanto ao seu fervor liberal, que o levou a participar na revolta liberal do Porto, em 1828, e a juntar-se ao exército constitucional que desembarcou no Mindelo, em 1832, trata-se, todavia, de um texto demasiado sinóptico. Essa convicção forçou a reedição de dois trabalhos da autoria de Félix Pereira de Magalhães, Discursos sobre o Comércio e Agricultura dos Vinhos do Douro e Apontamentos para a História Diplomática de Portugal, publicados em volume autónomo pela Fundação Eng. António de Almeida, corria o ano de 2000.*

*Pouco tempo depois, em conversa informal, questioneei o Professor Doutor Fernando de Sousa, da Universidade do Porto e coordenador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, sobre a pertinência de aprofundar a investigação que eu mesmo iniciara, mas que me vi impedido de prosseguir, por desconhecimento das fontes documentais necessárias para atingir tal objetivo. Numa feliz coincidência, no decorrer de um projeto de investigação que este Professor então desenvolvia sobre a História da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, ele acabou por me dar conta de documentação manuscrita aí existente sobre Félix Pereira de Magalhães, na qualidade de secretário-geral desta empresa majestática, e das ligações que manteve com a Companhia durante duas décadas (1833-1853), assim como dos textos relativos às suas intervenções enquanto parlamentar e ministro, que permaneciam inéditas.*

*Estavam assim reunidas as condições para (como escrevi no Prólogo à biografia que Fernando de Sousa produziu sobre Félix Pereira de Magalhães para a Coleção Parlamento, editada pela Assembleia da República) «fazer um trabalho de resgate de um homem que, de origens modestas, austero e sóbrio, soube construir uma carreira profissional de sucesso, que triunfou na vida por mérito próprio, que foi uma das figuras mais importantes do Cabralismo (1842-1851), dado o modo como se houve nos cargos desempenhados nos planos político, económico e institucional (...) sempre com espírito de missão de serviço público e de homem de Estado». Este trabalho, dado ao prelo em 2008, tendo em consideração o âmbito em que foi publicado, e não esquecendo a sua biografia, centrou-se essencialmente no percurso político de Félix Pereira de Magalhães, ele que foi senador, deputado, conselheiro de Estado, par do Reino e ministro do segundo Governo de Costa Cabral.*

*Passada mais de uma década sobre a edição dessa obra, e aproximando-se as comemorações do bicentenário da Revolução Liberal do Porto de 24 de agosto de 1820, à qual Félix Pereira de Magalhães aderiu com entusiasmo desde o primeiro momento, desafiei o mesmo investigador para produzir um novo trabalho sobre o meu trisavô, mas desta feita com uma abordagem distinta, concedendo maior relevo à Cidade Invicta nos alvares do Liberalismo, na qual viveu o meu ilustre antepassado. Como tal, o trabalho que agora se apresenta, fruto do labor de uma equipa de investigação do CEPESE coordenada por Fernando de Sousa, longe de se constituir como uma reedição da obra anterior, conquanto bebendo dela, apresenta-se distinto na estrutura e no conteúdo, aprofundando o percurso de vida de Félix Pereira de Magalhães nas suas múltiplas dimensões, ao mesmo tempo que corrige imprecisões e preenche algumas lacunas existentes nos textos já publica-*

*dos sobre um dos principais e mais fascinantes políticos da primeira fase do Liberalismo português e que, pelo seu percurso de vida, personalidade, valores e ideais, exerceram em mim uma profunda influência.*

O Presidente da Fundação Eng. António de Almeida

Fernando Aguiar-Branco



## Introdução

O estudo das elites políticas no Portugal Contemporâneo constitui um tema que, durante muito tempo, foi praticamente ignorado por investigadores da história política, mais preocupados com os acontecimentos e os protagonistas dos factos que interpretavam, e menos com a elite que detém ou consubstancia o poder numa determinada conjuntura. E, no entanto, a definição conceptual de «elite» e a problemática das «elites políticas», «classe política», «classe dirigente» ou «poder político» no mundo anglo-saxónico – expressões diferentes que não podem identificar-se –, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), têm sido amplamente debatidas na Ciência Política e na História Política.

Com efeito, os conceitos de «elite» ou «elite política» têm distintas significações, não só no tempo histórico (se é que se pode aplicar a alguma realidade histórica precisa) como no presente. Sublinhe-se, aliás, que o conceito de «elite», que entrou na língua francesa no século XII e que assumiu no século XIV o significado de «eleito», «escolhido», «eminente», «o que há de melhor», só na segunda metade do século XIX passou a ser usado em Portugal, o que justifica, neste caso, a sua tardia utilização nas Ciências Sociais e Humanas.

No plural, a expressão indica «as pessoas que, num dado setor, ocupam um posto superior, em virtude do nascimento, da inteligência ou da riqueza», o conjunto daqueles que, na expressão de Pareto, demonstram «índices mais elevados nos respetivos domínios em que exercem a sua atividade». Mas, quer no singular, quer no plural, o vocábulo aparece contraposto a massa, multidão, a demonstrar, como sublinhou Busino, que estas são dirigidas por uma minoria, aristocracia ou classe dirigente.

Não cabe agora teorizar sobre os diferentes conceitos de «elite política» e muito menos de «elite», conceito com significações e conteúdos ambíguos e não raras vezes de utilização contraditória. Nem abordar a formação dos «grupos

dominantes», a sua transformação/substituição e as suas relações com as massas, a legitimidade do poder que a elite política exercita ou monopoliza, ou ainda, a natureza, características e qualidades que a individualizam em Portugal. Não porque tal abordagem e discussão não sejam importantes. A utilização, no que ao Portugal Contemporâneo diz respeito, do conceito de «elite política» para diferentes fenómenos, ou da identificação de elite política como «classe governante» ou «classe política», sem se curar de saber qual o grau de consciencialização e de coesão existente no universo sociológico que se apresenta ou que se pretende caracterizar, levanta problemas que não se podem ignorar.

Por agora, e em sintonia com outras abordagens pragmáticas da historiografia portuguesa sobre as elites políticas, identificar-se-á a elite política portuguesa com a minoria que detém o poder, neste caso, e simplificando, as personalidades que assumiram os cargos de titulares de órgãos de soberania, mas também os magistrados administrativos que desempenharam elevadas funções na hierarquia do Estado, ou em corpos administrativos locais, mesmo sabendo que nem todos se inscrevem na categoria «elite política».

Nesta perspetiva, importa fazer uma breve síntese dos estudos das personalidades que integraram a elite política portuguesa dos séculos XIX e XX – presidentes da República, membros e chefes do Governo, deputados, pares do Reino, senadores, presidentes das principais Câmaras Municipais, governadores civis – de forma a melhor se apreender o papel que o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto, responsável pelo presente trabalho, tem desempenhado em tal investigação, bem como a situar a obra que agora se edita sob o patrocínio da Fundação Eng. António de Almeida.

É certo que numerosas figuras políticas do Portugal Contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas pouco se sabe, ou com imprecisões sucessivamente reiteradas, sobre muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional, municipal e colonial.

O caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos portugueses foi trilhado cedo, designadamente em 1822, com José Gorjão a redigir a *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portuguesa*, a que só duas décadas depois se seguiram outras publicações, de pequena dimensão, maioritariamente devidas a iniciativas de parlamentares, com o objetivo de dar a conhecer governantes e deputados, e que constituem preciosas fontes para a história política contemporânea.

Assim, da autoria do deputado João de Azevedo Sá Coutinho, saiu em 1845 o *Quadro politico, historico e biographico do parlamento de 1842 por um eremita da Serra de Arga*, obra na qual se apresentam os «retratos» de três dezenas de parlamentares. Já em 1858, Aprígio Fafes (pseudónimo de Eduardo Tavares, mais tarde deputado) publicou duas pequenas obras: *Galeria Pittoresca da Camara dos Pares contendo uma apreciação imparcial de cada um dos seus membros da Camara hereditaria* e *Galeria parlamentar ou para-lamentar, contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura de 1858*. A partir de 1866, publicaram-se as estatísticas do pariato português, atualizadas em 1875, 1879, 1885, 1889, 1899 e, finalmente, em 1910, sob o título *Estatística do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*.

Só no final do século foi publicada uma obra de maior fôlego nesta matéria: entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de São Clemente) lançou as suas valiosas *Estatísticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis volumes, onde, além de relatar «os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas», fornece «interessantes traços biográficos dos homens que mais se avantajaram no Parlamento português». Também de forma extensa, em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa apresentou o quadro cronológico dos ministérios desde 1830 no seu *Annexo ao Manual Parlamentar*, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da Câmara criada em 1838 e a lista alfabética dos deputados eleitos para as diversas legislaturas, entre 1834-1905.

Já na República, em 1911, reatou-se o exemplo de 1822, em *As Constituintes de 1911 e os seus deputados* (obra «compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento», Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos), com notícias biográficas dos parlamentares que fizeram parte daquela Assembleia, e já não uma seleção, como acontecera nas obras anteriores. Iniciativa idêntica não se verificou para as câmaras do Parlamento republicano que a seguir passou a funcionar. E, durante o Estado Novo, há apenas a registar o facto de os *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, a partir de 1936, terem inserido notícias biográficas de deputados e outras figuras públicas, mas sem carácter sistemático e contínuo.

Apenas nos derradeiros anos do século XX e inícios do século XXI estes estudos ganhariam outra dinâmica.

Em 1986, a Assembleia da República publicou uma obra de grande utilidade e sistematização, da autoria de Manuel Pinto dos Santos, *Monarquia Cons-*

*titucional. Organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910.* E para algumas legislaturas da Assembleia da República das últimas décadas, aquele órgão de soberania publicou também as *Biografias dos Deputados*, mas com informação muito sintética e irregular.

Na VII Legislatura da Assembleia da República (1995-1999), um dos autores do presente estudo, então deputado à Assembleia da República, enquanto presidente da Comissão do Património do Parlamento, na sequência da iniciativa já tomada em legislatura anterior por António Barreto, teve oportunidade de lançar um vasto projeto de investigação, para o qual convidou historiadores da época contemporânea, destinado a produzir um dicionário biográfico dos parlamentares portugueses, desde 1820 até 1974.

No âmbito desse projeto, na *Coleção Parlamento* que a referida Comissão então criou, foram publicadas as obras *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, dirigida por Oliveira Marques; o *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, tendo como coordenadora Zília Osório de Castro; e o *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910) e (1935-1974)*, sob a responsabilidade de Maria Filomena Mónica para a Monarquia Constitucional, e Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto para o Estado Novo, trabalhos estes que vieram colmatar uma importante omissão da nossa História Contemporânea.

Ainda no âmbito da *Coleção Parlamento*, editaram-se, entretanto, as biografias de numerosos deputados, nomeadamente, de Fontes Pereira de Melo, Rodrigues de Freitas, Correia Barreto, Cunha Leal, Neto Paiva, Vitorino Henriques Godinho, duque de Ávila e Bolama, Manuel Fernandes Tomás, Mouzinho da Silveira, António Lino Neto, José Estêvão de Magalhães, António José de Almeida, Sebastião de Magalhães Lima, Mariano Cirilo de Carvalho, Pimenta de Castro, Pinheiro Chagas, Bernardino Machado, António Granjo, José Domingues dos Santos, Machado Santos, João Marcelino Arroio, Álvaro de Castro, João Pereira Bastos, Afonso Costa, Ramada Curto, Manuel Brito Camacho, António Maria da Silva, António Rodrigues Sampaio e Ernesto Hintze Ribeiro, sendo de esperar ainda mais títulos.

Registe-se também, na mesma coleção, a edição de outros estudos, como: *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal do Pós-25 de Abril aos Anos Noventa*, de Maria Amélia Clemente Campos; *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, de Rita Almeida Carvalho; *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, de Tiago Fernandes; *Os Deputados da Assembleia Nacional 1935-1974* e *Os Procu-*

*radores da Câmara Corporativa 1935-1974*, de José Manuel Tavares Castilho; *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): Um Dicionário*, de Mário Matos e Lemos; e o *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, em três volumes, sob a coordenação geral de Maria Fernanda Rollo.

Fora do âmbito parlamentar, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram vários estudos, que constituem valiosos contributos para a história biográfica dos políticos portugueses.

Da centúria de oitocentos, são de destacar: *O Conde do Bomfim: noticia dos seus principaes feitos*, assinado por G. N. e publicado em 1860; *Noticia dos Ministros e Secretarios d'Estado do Regímen Constitucional nos 41 annos decorridos desde a Regencia installada na Ilha Terceira em 15 de Março de 1830 até 15 de Março de 1871*, publicado pela Imprensa Nacional em 1871, com apontamentos biográficos de quase uma centena de ministros, um quadro cronológico por ministérios e uma «estatística ministerial»; do mesmo ano, de Ferreira Lobo, *As confissões dos Ministros de Portugal (1832 a 1871)*, com indicação das respectivas datas de posse; *O marquez de Sá da Bandeira: biographia fiel e minuciosa do illustre finado*, de André Meireles de Távora do Canto e Castro, dado à estampa em 1876; Luz Soriano publicou, em dois volumes, *Vida do marquez de Sá da Bandeira e reminiscencia de alguns dos sucessos mais notáveis que durante ella tiveram logar em Portugal (1887-1888)*; António Viana compilou, em 1894, *Documentos para a Historia Contemporanea. José da Silva Carvalho e o seu Tempo*, cuja documentação se reporta essencialmente às décadas de 1830 e 1840; e, ainda, *Luctas Caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos na época referida, dando conta de aspetos inéditos e singulares da sua vida.

Já no início do século XX, saíram os sete volumes de *Portugal. Diccionario Historico, Biographico, Bibliographico. Heraldico chorographico, numismatico e artistico*, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, de carácter enciclopédico, incluindo também biografias de políticos. Em 1959, António Manuel Pereira lançou a obra *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*. E, em 1972, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo publicou a *Orgânica Governamental, sua evolução e Elencos Ministeriais constituídos desde 5 de Outubro de 1910 a 31 de Março de 1972*.

Bem mais recentemente, ressalta o carácter inovador do estudo coordenado por Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A Cidade e os Políticos*, de 1996; *Chefes de Estado – Biografias*, uma edição do Centro de Documentação e Informação da

Presidência da República, do mesmo ano; *Os Presidentes e os Governos da República no século XX*, em 2000, de Alberto Laplaine Guimarães, Bernardo Ayala, Manuel Machado e Miguel Félix António, que esteve na origem, em 2011, de *Os Governos da República 1910-2010*, dos mesmos autores, trabalho mais bem estruturado e desenvolvido sobre os presidentes da República e os primeiros-ministros, contendo ainda as listas dos membros dos sucessivos governos; *Os Presidentes da República Portuguesa*, coordenado por António Costa Pinto, de 2001; já em 2011, *Presidentes de Portugal*, do Museu da Presidência da República, coordenado por Diogo Gaspar, que em 2006 tinha já assegurado a coordenação das *Fotobiografias* dos Chefes de Estado portugueses; e finalmente, em 2014, o *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013*, de Maria Antónia Pires de Almeida.

Relativamente aos monarcas que governaram Portugal desde a fundação da nacionalidade à implantação da República, refiram-se duas coleções de carácter exaustivo, ambas editadas pelo Círculo de Leitores: *Reis de Portugal*, obra em 34 volumes, dirigida por Roberto Carneiro e com coordenação científica de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa, lançada originalmente em 2005; e *Rainhas de Portugal*, que apresenta as biografias das rainhas consortes, sob coordenação de Ana Maria Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá e Manuela Santos Silva, num total de dezoito volumes publicados entre 2011-2014. A par desta coleção, foram ainda publicados dois volumes sobre os reis consortes, D. Pedro III e D. Fernando II.

Essencial para se conhecer os titulados que, até 1910, desempenharam cargos políticos, avultam obras como: *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, da autoria de Albano da Silveira Pinto, publicado pela Imprensa Nacional, em dois volumes, no ano de 1883; *Memórias historico-genealógicas dos duques portugueses do século XIX*, da autoria de João Carlos Torres, de 1883; já no século XX, em 1960, editaram-se os três volumes da *Nobreza de Portugal e do Brasil*, obra dirigida por Afonso Zúquete; e, mais recentemente, em 1988, o *Livro de Ouro da Nobreza*, uma obra em três volumes, de Domingos Afonso e Rui Travassos Valdez.

Foram também publicadas, a nível regional, diversas obras de carácter biográfico, de que são exemplo *Quarenta e dois parlamentares da Monarquia pela Beira Baixa (1834-1910)*, de Francisco Lopes, dada a lume em 1958; *Políticos Açorianos – Nótulas Biográficas*, de Jacinto Andrade, lançada em 1996; bem como *100 anos da República. Deputados, Procuradores, Senadores e Ministros naturais do distrito de Braga*, de Joaquim da Silva Gomes, de 2010.

Com um âmbito mais específico e restrito, mas fornecendo contributos igualmente válidos para o conhecimento do mundo da política e seus protagonistas, que, além de funções políticas, exerceram outros cargos de relevo público, destacam-se, quanto às Forças Armadas, *Os Generais do Exército Português*, cujos três volumes foram dados à estampa entre 2003 e 2008, sob a coordenação do coronel Alberto Ribeiro Soares; relativamente ao clero, *Os Patriarcas de Lisboa*, de 2009, com coordenação de Carlos Azevedo, Sandra Saldanha e António Boto de Oliveira; e no que concerne à magistratura, as obras *Do Erário Régio ao Tribunal de Contas. Os Presidentes*, de Judite Cavaleiro Paixão e Cristina Cardoso, de 1999.

Que a biografia é um género cada vez mais cultivado no nosso País, mormente sobre estadistas e políticos, prova-o o substancial número de obras que dessa natureza têm sido dadas à estampa nos últimos anos – e que, por essa razão, não cabe fazer aqui menção individualizada – sobre diversas personalidades, algumas delas revisitadas por diferentes autores, sendo assim objeto de estudos sucessivos, como tem sido o caso de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano.

Como atrás se mencionou, o CEPESE tem produzido considerável investigação no domínio da biografia das elites políticas, estreando-se em 2002 com a obra *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real*.

Em 2008, o CEPESE apresentou ao Presidente da Assembleia da República, doutor Jaime Gama, um projeto de investigação intitulado *Os Presidentes do Parlamento Português (1821-2012)*, com o objetivo de traçar as biografias dos presidentes das diversas câmaras parlamentares que existiram desde a introdução do regime liberal, projeto esse que, na sequência da sua aprovação, deu origem à publicação, na *Coleção Parlamento*, da Assembleia da República, de uma obra em cinco volumes, relativos à Primeira República (2012), ao Estado Novo (2015), à Monarquia Constitucional (2016) e à Terceira República (2017), sob a coordenação de Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira.

Ao nível dos presidentes das Câmaras Municipais, em 2009, o CEPESE lançou um estudo pioneiro em dois volumes quanto ao poder autárquico, sobre *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* e o respetivo enquadramento legislativo, que foi objeto de uma nova edição em 2013, reformulada e aprofundada. E em 2020, sairão dois volumes sobre os Presidentes da Câmara de Vila Nova de Gaia (1834-2019).

Em 2014, no âmbito do projeto de investigação *Os Governos Cívicos de Portugal. História, Memória e Cidadania*, o CEPESE editou *Os Governos Cívicos de*

*Portugal. História e Memória (1835-2011)*, onde, pela primeira vez, de forma sistemática, se enumeram todos os governadores civis de Portugal desde a criação deste órgão em 1835 até à sua extinção formal em 2011, com informações relevantes quanto a estes magistrados administrativos.

Finalmente, também em 2014, depois de aprovado pela Presidência do Conselho de Ministros, o CEPESE deu início a um ambicioso projeto de investigação intitulado *Os Primeiros-Ministros de Portugal (1820-2020)*, desenvolvido entre 2013 e 2020, e cujos resultados esperamos ver publicados precisamente no decorrer das comemorações do bicentenário da Revolução Liberal de 1820, numa edição em três volumes, sob a responsabilidade da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Esta obra dará assim a conhecer as biografias das personalidades que exerceram a chefia do Governo desde o triunfo definitivo do Liberalismo em Portugal, a atividade política mais relevante desenvolvida pelos mesmos, as grandes questões nacionais que surgiram durante os respetivos mandatos e a caracterização do perfil e das preocupações cívicas e políticas destas figuras.

Tendo em atenção a realidade existente e o trabalho já desenvolvido, o CEPESE organizou um grupo de investigação sobre *Elites Políticas e Económicas do Portugal Contemporâneo*, precisamente como o objetivo de desenvolver estudos sobre as elites político-económicas portuguesas desde o vintismo até ao presente (tendo como pano de fundo, numa perspetiva comparativa, as elites de outros países europeus), e criar um portal na Internet com a identificação das personalidades que integram e corporizam o poder político e económico nos últimos dois séculos.



Estas considerações vêm a propósito de Félix Pereira de Magalhães, um influente político do Liberalismo português (1794-1878), senador, deputado, par do Reino e ministro, que desempenhou outras funções de relevo em várias instituições, nomeadamente as de presidente do Banco de Portugal, e cuja biografia, até 2008, se limitava ao que se encontrava registado em enciclopédias e no volume II do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, coordenado por Maria Filomena Mónica.

Deste trasmontano de rija cepa, que nos deixou alguns trabalhos de grande importância, só um diz respeito à sua atividade política, os *Discursos do senhor Félix Pereira de Magalhães deputado às Cortes pela provincia de Traz-os-Montes sobre o commercio e agricultura dos Vinhos do Douro, enquanto deputado, nos dias 2, 3 e 5 de Setembro de 1842*, publicado no mesmo ano. Estes discursos, porém, reeditados com outro trabalho seu, os *Apontamentos para a História*

*Diplomática de Portugal*, pela Fundação Eng. António de Almeida, em 1999, apenas nos dão uma pálida amostra do labor deste temido e destemido tribuno parlamentar que, entre 1838-1853, se assumiu como uma das vozes mais lúcidas e mais persistentes das nossas Cortes e dos Governos a que pertenceu.

As nossas preocupações sobre Félix Pereira de Magalhães iniciaram-se na sequência do projeto de investigação que dirigimos sobre a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro ou Real Companhia Velha, que em 2006 completou 250 anos de existência.

Com efeito, Pereira de Magalhães exerceu, em 1832-1833, funções de secretário da Companhia, tema que abordámos num Seminário do CEPESE, *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia* (2005), com uma comunicação intitulada *A Companhia dos Vinhos do Porto e Félix Pereira de Magalhães (1833-1853)*, no âmbito da qual pudemos compreender o papel fulcral que ele desempenhou naquelas funções e mais tarde, enquanto deputado, no alargamento dos poderes de fiscalização e regulação dos vinhos do Alto Douro delegados pelo Estado à Companhia.

A consulta das atas das sessões das Câmaras dos Senadores, Deputados e Pares do Reino, em torno do tema da Companhia e dos Vinhos do Alto Douro acabaram por nos levar à atividade política e cívica desenvolvida por Pereira de Magalhães no século XIX, apercebendo-nos, então, da verdadeira dimensão e significado da mesma, uma vez que Pereira de Magalhães, para além dos vinhos do Alto Douro – tema recorrente nas Cortes de então –, debruçou-se sobre os mais variados assuntos ligados à administração, justiça e finanças. A sua participação nos debates das Cortes é constante entre os anos de 1839-1853, saldando-se por centenas de intervenções, umas mais pequenas, que decorriam do debate parlamentar, outras extensas, que, não raras vezes, deram azo a espaço autónomo nos *Diários do Governo*.

Em 2008, demos à estampa *Félix Pereira de Magalhães. Um Político do Liberalismo Português (1794-1878)*, trabalho inserido na *Coleção Parlamento*, da Assembleia da República, onde, além de traçarmos o seu perfil político, publicámos as intervenções parlamentares e os discursos mais significativos deste liberal, para o leitor apreender de forma irredutível a sua oratória e práticas discursivas, a lógica da sua argumentação, a pertinência das suas intervenções, a multiplicidade dos temas que debateu, assim como os diplomas mais importantes de que foi responsável enquanto ministro da Justiça.

Não foi tarefa fácil produzir esse trabalho de natureza biográfica, desde logo porque Félix Pereira de Magalhães nunca teve quem escrevesse sobre ele e, muito menos, o seu historiador, apesar de ter sido, durante o Setembrismo, Cartismo e,

sobretudo, nos anos do Cabralismo (1842-1851), um dos homens mais influentes do País, quer pelas funções e cargos que ocupou a nível político, económico e institucional, quer pelas redes de amizade e sociabilidade que soube criar em Lisboa e no âmbito das elites nacionais, quer pelo sentido de Estado, de serviço público e de uma certa isenção e independência que demonstrou em todos os lugares que ocupou, quer, finalmente, pela intervenção discreta mas eficaz que assumiu no jogo de bastidores da política nacional durante o período já referido.

Em segundo lugar, porque não nos foi possível descobrir o paradeiro do seu arquivo particular que, como tudo leva a crer, acabou por se dispersar entre os seus herdeiros, de tal forma que Fernando Aguiar-Branco, presidente da Fundação Eng. António de Almeida e seu descendente direto, confessa, com alguma amargura, que nada possui deste seu trisavô.

Por fim, porque a ressurreição deste homem é, pelas razões expostas, eminentemente política, deixando nós na sombra, quase sempre, a sua vida privada e familiar – sabendo nós que, muitas vezes, esta condiciona ou influencia fortemente a vida política –, da qual apenas sabemos que casou e foi pai de três filhas e dois filhos, os quais, embora nascidos fora do casamento, a todos reconheceu e acompanhou na sua educação.

No que à biografia política de Pereira de Magalhães diz respeito, fomos confrontados com a multiplicidade e diversidade das suas intervenções parlamentares, obrigando-nos a refletir quanto ao método e critérios a adotar para darmos conta da riqueza, profundidade e complexidade dos temas que tratou. Embora recolhendo todas as suas participações nos debates parlamentares, demos particular atenção àqueles em que Pereira de Magalhães dominou ou influenciou de modo determinante a discussão política. As intervenções mais curtas ou meramente episódicas serviram-nos, contudo, para captar a sua argúcia, a sua atenção às agendas diárias do Parlamento, as suas preocupações e interpelações relativas ao que estava em discussão, as simpatias e antipatias que por vezes perpassam nas suas observações ou apartes, e as informações que em certos momentos nos ofereceu quanto aos cargos não políticos que ocupou, a alguns aspetos da sua vida que desconhecemos, ou a justificações *a posteriori* de posições que tomou no passado.

O levantamento que então fizemos baseou-se, em boa parte, nas fontes impressas oficiais, os *Diários do Governo*, *Diários da Câmara dos Deputados* e *Diários da Câmara dos Pares*, que nos dão a conhecer Félix Pereira de Magalhães enquanto político, a sua atividade como parlamentar e membro do Governo. Mas procurámos também dar a conhecer outros aspetos da intervenção pública

e cívica de Pereira de Magalhães em diversas instituições e organizações, consultando arquivos institucionais, como o da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de que o nosso biografado foi secretário, o da Universidade de Coimbra, onde viveu e estudou, bem como publicações periódicas, sobretudo os jornais do seu tempo.

Passada uma década desde a edição dessa obra, o doutor Fernando Aguiar-Branco, desafiou-nos novamente para produzirmos um trabalho sobre Félix Pereira de Magalhães, mas despojado das intervenções parlamentares e da legislação do Ministério que tutelou, e concedendo mais relevo à cidade do Porto entre 1820-1834, uma vez que aqui viveu Félix Pereira de Magalhães, daqui saiu para o exílio, na sequência da sua participação na malograda Revolução Liberal do Porto em 1828 contra o Absolutismo miguelista, e a este burgo regressou em 1832-1833, aquando do Cerco do Porto.

O trabalho que agora se apresenta não é, pois, uma reedição da obra anterior, publicada em 2008, mas antes uma nova construção, que exigiu uma outra estrutura e contextualização, uma nova investigação, distinta e inovadora sobre numerosos aspetos. Por outro lado, foi possível corrigir alguns erros, imprecisões e lacunas da biografia anterior – nomeadamente, a de que Félix Pereira de Magalhães nunca casara – e acrescentar novos textos, de forma que podemos falar, na verdade, de um outro estudo, baseado em nova investigação, fundamentada em novas fontes – nomeadamente nos livros de registo paroquial – e numa bibliografia mais extensa e atualizada. Na década que separa os dois estudos, nem a historiografia é a mesma, nem nós somos os mesmos.

Ao abordarmos de novo a história deste político do nosso Liberalismo oitocentista, procurámos descrever a sua carreira, apresentar o seu pensamento e as suas ideias, compreender a sua lógica e argumentação, de forma a darmos um retrato fiel e rigoroso de Pereira de Magalhães, tendo como pano de fundo, naturalmente, o tempo em que viveu e no qual deixou marca singular e indelével, sem qualquer preocupação, longe disso, de fazermos a história da época em que Pereira de Magalhães foi mais ativo politicamente – que para tal existem as várias Histórias de Portugal.

Com esse objetivo, estruturámos este trabalho em doze capítulos.

No primeiro capítulo, damos a conhecer a primeira fase de vida de Félix Pereira de Magalhães, as suas origens e enquadramento familiar, a sua formação académica e o contexto da sua adesão ao Liberalismo. Fazemo-lo da forma mais completa que as fontes nos permitiram, embora sem a exaustividade que desejaríamos, uma vez que os documentos e informações relativos à sua vida são

escassos e Pereira de Magalhães manteve um profundo silêncio sobre os acontecimentos que viveu e, sobretudo, sobre a sua vida particular, fiel ao princípio de que vida política e vida privada são totalmente independentes, deixando-nos apenas vislumbrar um ou outro aspeto da sua vida cívica em raras intervenções parlamentares. Mas como se poderá ver, apresentamos novos elementos, melhorando e corrigindo até o que tínhamos escrito anteriormente.

O segundo capítulo, inteiramente novo, é dedicado à caracterização do Porto na transição do Antigo Regime para o Liberalismo, tendo em consideração que esta cidade foi não só o palco privilegiado da iniciação profissional e política de Félix Pereira de Magalhães, onde viveu entre 1822-1828 e 1832-1833, mas também o ator principal da profunda mudança entre dois regimes antagonicamente distintos que coexistiram em Portugal até 1834.

Segue-se a análise da iniciação política de Félix Pereira de Magalhães propriamente dita, no âmbito da Sociedade Patriótica Portuense, na sequência da Revolução Liberal de 1820, que ocorreu precisamente na cidade do Porto, a que se sucede um capítulo que contextualiza o período entre a restauração do Absolutismo em 1823 e a Revolução do Porto de 1828, na qual Pereira de Magalhães toma parte, matéria que é objeto do capítulo seguinte.

O sexto capítulo debruça-se sobre os anos da Guerra Civil entre liberais e absolutistas (1832-1834), com o Porto a constituir-se, de novo, como palco principal dos acontecimentos, período em que Félix Pereira de Magalhães regressa à cidade e desempenha diversas comissões de relevo.

Os cinco capítulos seguintes dedicam-se à atividade política de Félix Pereira de Magalhães enquanto senador, deputado, par do Reino, ministro e conselheiro de Estado, e ainda como cidadão empenhado em numerosas funções e cargos públicos, interessando-nos fundamentalmente compreender as suas posições políticas, a lógica da sua argumentação, a coerência ou incoerência de princípios, a sua aptidão para dominar o debate e para responder com oportunidade aos seus opositores, e o cerne das suas preocupações, captando o essencial da sua atividade política nas suas múltiplas facetas, de forma a podermos traçar com segurança o seu perfil e a relevância do papel que assumiu na formação do Estado liberal português.

O capítulo final acompanha a derradeira fase da vida de Félix Pereira de Magalhães, o seu progressivo afastamento da vida política e dos cargos públicos, e os seus últimos anos, marcados pelo recolhimento e pela doença que o fragilizava.

O trabalho termina com as principais conclusões que retirámos quanto a este político da primeira fase do Liberalismo português, isto é, da época que abre com a Revolução do Porto de 1820 e fecha com a Regeneração, em 1851-1853, procurando definir os principais traços da sua personalidade e a importância da sua ação cívica e política.

Integra ainda este trabalho uma cronologia com os principais factos e acontecimentos relativos à vida de Félix Pereira de Magalhães, lado a lado com o que de mais relevante se passou no País em cada um desses momentos, ou seja, o contexto histórico em que tais factos ocorreram.

Esperamos, com este estudo, dar a conhecer esta importante figura política do século XIX português, um homem que, oriundo de uma família trasmontana da pequena burguesia urbana, com inegável talento e persistência, foi capaz de triunfar e impor-se política, social e economicamente na capital do Reino, granjeando notoriedade, prestígio e fortuna sem perda do seu bom nome e da sua identidade, que sempre procurou respeitar.

Resta-nos agradecer ao doutor Fernando Aguiar-Branco, presidente da Fundação Eng. António de Almeida uma das instituições fundadoras do CEPESE juntamente com a Reitoria da Universidade do Porto, e trineto de Pereira de Magalhães, o novo desafio que nos colocou para investigarmos e escrevermos uma nova biografia deste trasmontano ilustre que ele tanto admira – e que, segundo ele, pelo seu carácter e valia honrada, é exemplo da postura que deve assumir-se na vida, mormente na vida pública –, agradecendo também o patrocínio que concedeu a este projeto de investigação, cujos resultados agora apresentamos.

Agradecemos ainda ao CEPESE as facilidades de que dispusemos para concretizarmos a obra que agora se publica, sobretudo aos investigadores Paulo Amorim, na recolha de diversas fontes, e Isilda Monteiro e Ricardo Rocha, que reviram e enriqueceram o texto final.